

**EDcl no AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1172538 - PR
(2017/0229973-5)**

RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA
EMBARGANTE : ESTADO DO PARANÁ
**PROCURADOR : SÉRGIO BOTTO DE LACERDA E OUTRO(S) -
PR011476**
EMBARGADO : IVONE FONTANA AMARAL
EMBARGADO : HENRIQUE ENS
EMBARGADO : JANUARIO KUZMA
**ADVOGADOS : RECIO EDUARDO CAPPELARI - RS031093
JONAS BORGES E OUTRO(S) - PR030534
CRISTIAN SULPICIO STAHLHOFER MACHADO -
RS058530**
INTERES. : PARANAPREVIDENCIA
**ADVOGADO : ANTONIO ROBERTO MONTEIRO DE OLIVEIRA E
OUTRO(S) - PR033341**

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. EFEITO MODIFICATIVO. CABIMENTO. SERVIDOR PÚBLICO. ENQUADRAMENTO OU REENQUADRAMENTO. ATO ÚNICO DE EFEITOS CONCRETOS. PRESCRIÇÃO DE FUNDO DE DIREITO. OCORRÊNCIA.

1. Os embargos de declaração têm por escopo sanar decisão judicial eivada de obscuridade, contradição, omissão ou erro material, sendo possível, em hipóteses excepcionais, a atribuição de efeitos modificativos.
2. Hipótese em que nas razões do agravo interno houve a impugnação dos fundamentos da decisão agravada, razão pela qual não incide a Súmula 182 do STJ.
3. Consoante o entendimento desta Corte, o enquadramento ou reenquadramento de servidor público consubstancia ato único de efeitos concretos, não refletindo uma relação de trato sucessivo, e, por isso, a prescrição atinge o próprio fundo de direito.
4. Embargos acolhidos com efeitos infringentes. Provido o agravo interno do Estado do Paraná para, conhecendo do agravo em recurso especial interposto por Ivone Fontana Amaral, conhecer em parte de seu apelo nobre e, nessa extensão, negar-lhe provimento.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, acolher os embargos de declaração, com efeitos modificativos, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Napoleão Nunes Maia Filho, Benedito Gonçalves, Sérgio Kukina e Regina Helena Costa votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Gurgel de Faria.

Brasília, 11 de novembro de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Gurgel de Faria
Relator